

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativa ao exercício social de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários. Cataguases, 24 de abril de 2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço Patrimonial

ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativa ao exercício social de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos necessários.

Cataguases, 24 de abril de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	3.328	65
Aplicações financeiras no mercado aberto	5.2	26.534	-
Tributos a recuperar		59	-
Total do circulante		29.921	65
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	8	75.542	10.644
Total do não circulante		75.542	10.644
Total do ativo		105.463	10.709
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Cirulante			
Fornecedores	9	6.575	33
Impostos e contribuições sociais	10	626	2
Dividendos		-	406
Outras passivos		155	17
Total do circulante		7.356	458
Não cirulante			
Impostos e contribuições sociais	10	2.757	379
Impostos e contribuições sociais diferidos	6	2.327	328
Total do não circulante		5.084	707
Patrimônio líquido e recursos destinados para futuro aumento de capital			
Capital social	11.1	8.322	11
Reservas de lucros	11.2 e 11.3	14.280	1.304
Reserva especial de dividendos	11.4	406	-
		23.008	1.315
Recursos destinados para futuro aumento de capital	7	70.015	8.229
Total patrimônio líquido e recursos destinados para futuro aumento de capital		93.023	9.544
Total do passivo e patrimônio líquido		105.463	10.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Demonstração do Resultado

ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
Receita de construção da infraestrutura, ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura e receita das margens da obrigação de performance da construção, líquidas	12	60.506	10.162
Remuneração dos ativos da concessão	12	2.014	103
Receita operacional líquida		62.520	10.265
Custo de Construção	13	(47.812)	(8.216)
Lucro bruto		14.708	2.049
Despesas gerais e administrativas	13	(118)	(6)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		14.590	2.043
Receitas financeiras	14	514	1
Despesas financeiras	14	(64)	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		450	1
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		15.040	2.044
Imposto de renda e contribuição social diferido	6	(1.999)	(328)
Imposto de renda e contribuição social corrente	6	(65)	-
Lucro líquido do exercício		12.976	1.716
Lucro por ação R\$	15	2,10	156,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício	15	12.976	1.716
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		12.976	1.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de Lucros		Reserva especial de dividendos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 01 de janeiro de 2022	11	-	-	-	(6)	-	5
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	1.716	-	1.716
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	11.2	86	-	-	(86)	-	-
Dividendos	11.5	-	-	-	(406)	-	(406)
Reserva de retenção de lucros	11.3	-	1.218	-	(1.218)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	-	-	8.229	8.229
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11	86	1.218	-	-	8.229	9.544
Aumento de capital conf. AGOE de 28/04/2023	11.1	8.311	-	-	-	(8.311)	-
Transferência reserva especial de dividendos conf. AGE 22/11/2023	11.4	-	-	406	-	-	406
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	12.976	-	12.976
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	11.2	649	-	-	(649)	-	-
Reserva de retenção de lucros	11.3	-	12.327	-	(12.327)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	-	-	70.097	70.097
Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.322	735	406	-	70.015	93.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração do fluxo de caixa

ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	15	12.976	1.716
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		2.064	328
PIS & COFINS diferido		2.379	342
Remuneração do ativo de contrato de concessão	8	(2.014)	(103)
Margem de construção e remuneração do ativo de contrato	8	(13.270)	(2.014)
Variações nas contas do ativo e passivo circulante e não circulante			
(Aumento) de impostos a recuperar		(59)	-
Aumento de fornecedores		389	1
Aumento de impostos e contribuições sociais		558	39
Aumento de outras passivos		138	17
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		3.161	326
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto	5.2	(26.534)	-
Aplicações em linhas de transmissão de energia		(43.461)	(8.495)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(69.995)	(8.495)
Atividades de financiamento			
Recursos destinados para futuro aumento de capital		70.097	8.229
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		70.097	8.229
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		3.263	60
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5	65	5
Caixa e equivalentes de caixa finais	5	3.328	65
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		3.263	60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do valor adicionado - DVA

ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Remuneração do ativo de contrato de concessão	12	15.284	2.117
Receitas de construção	12	49.614	8.527
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, Serviços de terceiros e outros	13	(115)	(4)
Outros custos operacionais	13	(47.815)	(8.218)
Valor adicionado bruto		16.968	2.422
Valor adicionado líquido produzido		16.968	2.422
Valor adicionado recebido em transferência		514	1
Receitas financeiras		514	1
Valor adicionado a distribuir		17.482	2.423
Distribuição do valor adicionado:		17.482	2.423
Impostos, taxas e contribuições		4.442	707
Federais		4.442	707
Remuneração de capital de terceiros		64	-
Juros		64	-
Remuneração de capitais próprios		12.976	1.716
Absorção de prejuízos acumulados		-	6
Reserva legal	11.2	649	86
Dividendos	11.5	-	406
Reserva de retenção de lucros	11.3	12.327	1.218
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Balanço Social

ENERGISA AMAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2023			2022		
Receita líquida (RL)	62.520			10.265		
Resultado operacional (RO)	15.040			2.044		
Folha de pagamento bruta (FPB)	-			-		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Encargos sociais compulsórios	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.442	29,53%	7,10%	707	34,59%	6,89%
Total - Indicadores sociais externos	4.442	29,53%	7,10%	707	34,59%	6,89%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do corpo funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	-			-		
Nº de admissões durante o período	-			-		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			-		
Nº de estagiários(as)	-			-		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-			-		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			-		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-			-		
Número total de acidentes de trabalho	-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023: 17.482			Em 2022: 2.423		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	25% governo 0% colaboradores(as) 0% acionistas 0% terceiros 74% retido			29% governo 0% colaboradores(as) 0% acionistas 0% terceiros 71% retido		
7 - Outras Informações	2023			2022		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	-			-		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	-			-		

Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A (“Companhia” ou “EAP”), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, companhia integrante do Grupo Energisa, é uma sociedade anônima de capital fechado com objeto social de explorar concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

A controladora indireta Energisa Transmissão de Energia S/A foi vencedora do lote 05 do Leilão Aneel 02/2021 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ocorrido em 17 de dezembro de 2021, na Bovespa, em São Paulo.

Em 31 de março de 2022, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2022 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 31 de março de 2052, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Amapá, composta pelas Subestações Macapá e Macapá III (tensão 230/69 V), além disso, estão previstas as implementações de um trecho de linha de transmissão de 230 KV, circuito simples para a Linha 230 KV Ferreira Gomes-Macapá e dois trechos de linha de distribuição em 69 KV, circuitos simples da LD 69 KV Santana - Macapá III. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$161.675. O prazo regulatório para entrada em operação comercial do empreendimento é de 42 meses estimado para 30 de setembro de 2025.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

V - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II. Nota explicativa nº 8 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); e
- III. Nota explicativa nº 15 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - no reconhecimento inicial são classificados, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem os saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- c. **Ativo de contrato de concessão** - corresponde ao contrato de concessão nº 05/2022 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e implementar e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

O ativo de contrato da concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 8% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- d. **Imposto de renda e contribuição social** - a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia;

e. Receita Operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento;
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 8% ao ano; e
- **Ganho ou perda de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias de CAPEX na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL.

f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

g. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

b. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and leaseback”	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

2 Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

3 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto

a. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por compromissada. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2023 equivale a 85,0% do CDI.

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	57	65
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Compromissada	3.271	-
Total de caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	3.328	65

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

b. Aplicações financeiras no mercado aberto

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, letra financeira, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2023 equivale a 85,1% do CDI.

	2023
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	861
Fundo de Renda Fixa	18.127
Letra Financeira (LF)	3.887
Nota Crédito	269
Letra Financeira (LFS)	77
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	3.246
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	67
Total de aplicações no mercado aberto - circulante	26.534

⁽¹⁾ Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Fundos de Renda Fixa, LF, NC, LFS, NTNB e NTNF são remuneradas 85,1% do CDI Fundo MAG Zona da Mata.

4 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	1.711	241
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	616	87
Total	2.327	328
Total - Passivo não circulante	(2.327)	(328)

As diferenças temporárias são como seguem:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(6.843)	(2.327)	(964)	(328)
Total - Passivo não circulante	(6.843)	(2.327)	(964)	(328)

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Regime lucro presumido	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas operacional bruta	64.898	64.898	10.644	10.644
Alíquotas de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre a receita bruta	5.191	7.788	852	1.277
Receitas financeiras	209	209	-	1
Total das Receitas sem presunção	209	209	-	1
Base de cálculo total	5.400	7.997	852	1.278
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(810)	(720)	(128)	(115)
Adicional IRPJ	(534)	-	(85)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.344)	(720)	(213)	(115)

5 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
• Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	AGO I	Transmissão de energia
• Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETTII	Transmissão de energia
• Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A;	EPT	Transmissão de energia
• Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
• Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia

Controladas diretas da Gemini Energy S/A:

	Sigla	Ramo de atividade
• Linhas de Taubaté Transmissora de Energisa S/A;	LTTE	Transmissão de energia
• Linhas de Macapá Transmissora de Energisa S/A;	LMTE	Transmissão de energia
• Linhas de Xingu Transmissora de Energisa S/A;	LXTE	Transmissão de energia
• Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energisa S/A; e	LITE	Transmissão de energia
• Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

A Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), é controlada pela Energisa S/A que, por meio das participações nas sociedades, Denerge - Desenvolvimento Energético S/A, Rede Energia Participações S/A, Energisa Soluções S/A (ESOL), Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação indireta nas seguintes Companhias, como segue:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas das Energisa S/A		
• Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
• Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾	EMR	Distribuição de energia
• Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
• Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
• Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
• Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
• Alsol Energias Renováveis S/A.	ALSOL	Holding
• Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
• Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A;	EGCS-RP2	Parque Solar
• Energisa Biogás S/A.;	EBG	Holding
• Energisa Distribuição de Gás S/A; e	EDG	Holding
• Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
• Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
• Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
• Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
• URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
• Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
• Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLWSOLAR	Geração de energia distribuída
• Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
• Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e AGRIC Comerciais S/A.		Usina de compostagem

Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
• Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GAS	Distribuição de gás

Controlada direta da Energisa Soluções S/A:		
• Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e	ESOLC	Serviços

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços Contratados	Saldo a pagar (fornecedores)	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
ETE	-	-	(70.097)
ESOL ⁽²⁾	(3.076)	(385)	-
2023	(3.076)	(385)	(70.097)
2022	-	-	(8.229)

- (1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.
- (2) Referem-se a serviços de engenharia e de projetos.

4. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

O ativo de contrato inclui os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das companhias de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

O ativo contratual é recebido pela Companhia através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Descrição	
Linhas de Transmissão	Linha 230 KV Macapá I e Macapá III- 300MVA
Margem de construção	32,31%
Margem de operação e manutenção	7,01%
Taxa de remuneração	3% a 8% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custos incorridos	56.028
RAP anual	13.122

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Ativo de contrato de concessão	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - não circulante	10.644	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	2.014	103
Receita das margens da obrigação de performance de construção	6.011	2.325
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	7.259	(311)
Receita de construção da infraestrutura	49.614	8.527
Saldo em 2023 e 2022 - não circulante	75.542	10.644

6 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores Materiais	1.792	-
Fornecedores Serviços	4.783	33
Total - circulante	6.575	33

Referem-se às aquisições de materiais e serviços necessários à construção de Linhas de Transmissão.

7 Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	45	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	57	-
Contribuições ao PIS e a COFINS ⁽¹⁾	2.757	379
Encargos Sociais	353	-
Imposto de renda retido na fonte	2	-
Imposto sobre serviços - ISS	161	-
Outros	8	2
Total	3.383	381
Circulante	626	2
Não circulante	2.757	379

⁽¹⁾ PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo de contrato constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP.

5. Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social é de R\$8.322 (R\$11 em 2022), representando 8.240.000 (11.000 em 2022) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$8.311, mediante a emissão de 8.229.000 ((oito milhões, duzentas e vinte e nove mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação.

b. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

c. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$12.327 (R\$1.218 em 2022). Os valores foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

d. Reserva especial de dividendos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2023 aprovou a destinação de reserva especial de dividendos o montante de R\$406, que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, estes montantes, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

e. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	12.976	1.716
Absorção de prejuízos	-	(6)
Reserva legal - 5%	(649)	(86)
Lucro líquido ajustado	12.327	1.624
Dividendos obrigatórios (25%)	-	406
Total dos dividendos	-	406
% sobre o Lucro líquido do exercício	-	25%

8 Receita operacional

	2023	2022
Receita de construção da infraestrutura	49.614	8.527
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	7.259	(311)
Receita das margens da obrigação de performance da construção	6.011	2.325
Receita de remuneração do ativo de contrato	2.014	103
Total de receita operacional bruta	64.898	10.644
Deduções da receita operacional		
PIS Corrente	-	(7)
PIS Diferido	(424)	(60)
COFINS Corrente	-	(30)
COFINS Diferido	(1.955)	(282)
Dedução da receita	(2.379)	(379)
Receita operacional líquida	62.520	10.265

9 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	Custo operacionais		Despesas operacionais		Total	
	Prestação a Terceiros		Gerais e Administrativas		2023	2022
Serviços de terceiros	-		115		115	3
Custo de construção	47.812		-		47.812	8.216
Outras despesas	-		3		3	3
	47.812		118		47.930	8.222

10 Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	509	-
Outras receitas financeiras	5	1
Total receitas financeiras	514	1
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(2)	-
Juros e multa	(62)	-
Total despesas financeiras	(64)	-
Receitas financeiras líquidas	450	1

11 Lucro por ação básico e diluído

	2023	2022
Lucro líquido do exercício:	12.976	1.716
Média ponderada das ações	6.183	11
Lucro líquido básico por ação - R\$ ⁽¹⁾	2,10	156,00

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

12 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		3.328	3.328	65	65
		3.328	3.328	65	65
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	26.534	26.534	-	-
		26.534	26.534	-	-

PASSIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado:					
Fornecedores		6.575	6.575	33	33
		<u>6.575</u>	<u>6.575</u>	<u>33</u>	<u>33</u>

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Gerenciamento de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da controladora indireta Energisa) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não operou com derivativos.

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - a Companhia está exposta a riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

A Companhia monitora tais riscos operacionais por meio da eficiência em seus controles internos e rígidos controles de contratação de parceiros no intuito de manter as melhores práticas de gestão e planejamento na construção de suas linhas de transmissão.

13 Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			2023
Risco de Engenharia (RE)	11/09/2024	121.936	238
Responsabilidade Civil Ambiental	11/09/2024	25.000	209
Responsabilidade Civil Geral	11/09/2024	30.000	74
			521

14. Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental das instalações de transmissão.
2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.
3. Gestão de Resíduos Sólidos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia obteve a licença prévia LP - SEMA/AP/ nº 001/2023, com início em vigência em 14 de março de 2023 e validade até 14 de março de 2027.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$616.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

15. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2023	2022
Atividades operacionais		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	2.014	103
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	62.884	10.541
Fornecedores a prazo	6.185	33
Atividades de investimento		
Aplicações em linhas de transmissão de energia	(6.185)	(33)

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes

Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi

Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando César Maia

Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC-RJ 107.310/O-0